

MINISTÉRIO DA GUERRA  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RIO, 20 DE MARÇO DE 1964

Do Gen Ex HUMBERTO DE ALENCAR  
CASTELLO BRANCO, Chefe do ES  
TADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Aos Exmos Srs Generais e demais  
militares do ESTADO-MAIOR  
DO EXÉRCITO e das ORGANIZA-  
ÇÕES SUBORDINADAS.

*Gen. H. Castello Branco*

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subor-  
dinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente /  
mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exér-  
cito e nos setores que lhe são dependentes, mas também na tro-  
pa, nas demais Organizações e nas duas outras corporações mili-  
tares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferên-  
cia minha com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra.

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte  
como caminho para a consecução das reformas de base e o desen-  
cadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ile-  
gal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a  
tais propósitos.

Para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas  
considerações preliminares.

Os meios militares nacionais e permanentes não são própria-  
mente para defender programas de Governo, muito menos a sua pro-  
paganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu /  
funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declarararem solidariedade a este  
ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solida-  
rizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de

altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprêgo como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Fôrças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Fôrças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria anti-pátria, antinação e antipovo.

Não, As Fôrças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provável-

mente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.

Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação.

Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, / além de legal, de elevada compreensão face a dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiel à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus Chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverar, sempre "dentro dos limites da lei". Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, as eleições e a posse do / candidato eleito. E já declarou também que não haverá documentos dos Ministros Militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranquilidade e

indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar.

*Gen. H. Castello Branco*  
GENERAL DE EXÉRCITO HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO  
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.